

Entre a solidariedade e a gestão: o fundo rotativo solidário FUSAF como experiência de economia solidária na agricultura familiar

Entre la solidaridad y la gestión: el fondo rotatorio solidario FUSAF como experiencia de economía solidaria en la agricultura familiar

Between solidarity and management: the FUSAF solidarity revolving fund as an experience of solidarity economy in family farming

Daniela Almeida Cardoso

ddanielalmeida.07@gmail.com

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-3238-8052>

Giselle Alves Silva

giselle.silva@ufopa.edu.br

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7316-0783>

Recibido: 30/07/2025 - Aceptado: 29/04/2026

Resumo

Este artigo analisa o Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF) como instrumento de finanças solidárias no fortalecimento das atividades produtivas e na promoção dos princípios da economia solidária entre produtores da Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A pesquisa caracteriza-se como um estudo empírico, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido por meio de um estudo de caso, com uso de pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que o FUSAF contribui para o acesso ao crédito, o fortalecimento produtivo e o empoderamento econômico dos participantes, além de promover processos de aprendizagem coletiva e inclusão financeira. Observa-se ainda a incorporação de princípios da economia solidária, como autogestão, solidariedade e cooperação, embora sua operacionalização ocorra de forma gradual e marcada por tensões entre valores coletivos e exigências de gestão. O estudo demonstra que, embora o fundo apresente limitações relacionadas à capacidade de gestão, à dependência institucional e às restrições de financiamento, configura-se como uma alternativa relevante de crédito para agricultores familiares, especialmente em contextos de exclusão do sistema financeiro convencional. Conclui-se que iniciativas de finanças solidárias, como o FUSAF, possuem potencial para promover inclusão financeira e fortalecer economias locais, desde que acompanhadas de processos formativos e de apoio institucional adequados.

Palavras-chave: Economia Solidária, Finanças Solidárias, Fundo Rotativo Solidário, Agricultura Familiar, Inclusão Financeira.

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

Resumen

Este artículo analiza el Fondo Sostenible de la Agricultura Familiar (FUSAF) como un instrumento de finanzas solidarias para el fortalecimiento de las actividades productivas y la promoción de los principios de la economía solidaria entre productores de la Feria de la Agricultura Familiar de la Universidad Federal del Oeste de Pará (UFOPA). La investigación se caracteriza como un estudio empírico, de enfoque cualitativo y naturaleza descriptiva, desarrollado mediante un estudio de caso, con el uso de investigación documental, observación participante y entrevistas semiestructuradas. Los resultados evidencian que el FUSAF contribuye al acceso al crédito, al fortalecimiento productivo y al empoderamiento económico de los participantes, además de promover procesos de aprendizaje colectivo e inclusión financiera. Asimismo, se observa la incorporación de principios de la economía solidaria, como la autogestión, la solidaridad y la cooperación, aunque su operacionalización ocurre de manera gradual y marcada por tensiones entre valores colectivos y exigencias de gestión. El estudio demuestra que, aunque el fondo presenta limitaciones relacionadas con la capacidad de gestión, la dependencia institucional y las restricciones de financiamiento, se configura como una alternativa relevante de crédito para la agricultura familiar, especialmente en contextos de exclusión del sistema financiero convencional. Se concluye que las iniciativas de finanzas solidarias, como el FUSAF, tienen el potencial de promover la inclusión financiera y fortalecer las economías locales, siempre que estén acompañadas por procesos formativos y apoyo institucional adecuado.

Palabras clave: economía solidaria, finanzas solidarias, fondo rotatorio solidario, agricultura familiar, inclusión financiera.

Abstract

This article analyzes the Sustainable Fund for Family Farming (FUSAF) as an instrument of solidarity finance in strengthening productive activities and promoting the principles of the solidarity economy among producers at the Family Farming Fair of the Federal University of Western Pará (UFOPA). The research is characterized as an empirical study, with a qualitative approach and descriptive nature, developed through a case study, using documentary research, participant observation, and semi-structured interviews. The results show that FUSAF contributes to access to credit, productive strengthening, and economic empowerment of participants, in addition to promoting collective learning processes and financial inclusion. The incorporation of principles of the solidarity economy, such as self-management, solidarity, and cooperation, is also observed, although its operation occurs gradually and is marked by tensions between collective values and management demands. The study demonstrates that, although the fund presents limitations related to management capacity, institutional dependence, and financing restrictions, it constitutes a relevant credit alternative for family farmers, especially in contexts of exclusion from the conventional financial system. It is concluded that solidarity finance initiatives, such as FUSAF, have the potential to promote financial inclusion and strengthen local economies, provided they are accompanied by adequate training processes and institutional support.

Keywords: Solidarity Economy, Solidarity Finance, Solidarity Revolving Fund, Family Farming, Financial Inclusion

Introdução

A agricultura familiar destaca-se por suas características únicas, que a tornam fundamental para o cenário rural. Entre essas peculiaridades estão o uso predominante de mão de obra familiar, o tamanho

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

reduzido das propriedades e uma lógica de produção voltada, primeiramente, para atender às necessidades da própria família (Finatto e Salamoni, 2008).

Em termos de representatividade, a agricultura familiar no Brasil é uma atividade de grande impacto social e econômico. Isso se baseia nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam cerca de 3,9 milhões de agricultores familiares envolvidos nesse setor, desempenhando um papel fundamental não apenas no abastecimento de alimentos frescos e nutritivos, mas também na promoção da segurança alimentar e nutricional (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura [CONTAG], 2024).

Desde 2014 a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por meio do seu Programa de Extensão, denominado Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários – IECOSOL, promove assessoria em gestão para um grupo de aproximadamente 20 produtores e produtoras rurais do município de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. A parceria iniciou pelo processo de elaboração de planejamento estratégico de algumas entidades representativas desse grupo, e depois avançou para a criação em 2016 de uma Feira da Agricultura Familiar (FAF-UFOPA) que funciona todas as quintas-feiras dentro do espaço da universidade, para atender a uma demanda latente desse grupo que era a dificuldade de escoamento de sua produção. A feira atua de acordo com os princípios da agroecologia comercializando desde hortaliças, bolos, salgados, polpas, frutas, artesanato indígena, artesanato em geral e plantas.

O acompanhamento constante desses produtores, pelo grupo de pesquisadores da Incubadora, permitiu perceber as dificuldades que eles tinham em ampliar e diversificar a sua produção, comprar equipamentos adequados, investir em tecnologia e assistência técnica rural pela dificuldade de acesso a recursos para financiar essas iniciativas.

Castro (2024) afirma que, ao tentar acessar os financiamentos bancários, os pequenos produtores familiares enfrentam dificuldades como altos custos e a elevada burocracia, o que torna o acesso ao crédito mais complicado. Foi a partir deste cenário, que também é uma realidade para os produtores da FAF UFOPA, que emergiu uma nova demanda: pensar em um mecanismo econômico que pudesse dar ao coletivo condições mais viáveis e acessíveis de conseguir o recurso financeiro necessário ao fortalecimento de duas atividades como produtores e produtoras rurais de pequeno porte – a criação de um Fundo Rotativo Solidário (FRS).

Os Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades, onde os associados contribuem com recursos financeiros, ou não, para formar uma poupança comum, que é compartilhada em forma de empréstimo a um membro, e ao retornar, esse recurso pode ser reutilizado por outro associado, criando essa dinâmica econômica rotativa (Santos Filho e Gonçalves, 2011).

As Finanças Solidárias, por sua vez, constituem-se em iniciativas que buscam democratizar o acesso ao crédito e aos serviços financeiros, priorizando formas coletivas de gestão e de circulação de recursos. Assim sendo, as Finanças Solidárias constituem-se em um importante campo de atuação da Economia Solidária, ao promover o acesso ao crédito, fortalecer relações de confiança e cooperação entre os participantes e contribuir para o desenvolvimento das atividades produtivas em contextos comunitários (Singer, 2002).

Assim, o FUSAF foi constituído em assembleia no dia 29 de fevereiro de 2024, com a participação dos produtores e produtoras da Feira da Agricultura Familiar - FAF da Ufopa tendo como objetivos: 1) Fortalecer a produção familiar dos integrantes do fundo; 2) Fortalecer parcerias com organizações

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

ligadas ao ramo da agricultura familiar e artesanato; e 3) Promover a partilha de insumos entre os participantes, assim como a troca de sementes.

Face ao contexto brevemente situado, o presente artigo traz como questão problematizadora da pesquisa: em que medida o Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF) se configura como um instrumento de finanças solidárias capaz de fortalecer as atividades produtivas e promover os princípios da economia solidária entre os produtores da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA?

Diante desse questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF) como instrumento de finanças solidárias no fortalecimento das atividades produtivas e na promoção dos princípios da economia solidária entre os produtores da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA. Para alcançar o objetivo geral, este trabalho se propõe a responder os seguintes objetivos específicos: 1. Caracterizar a estrutura organizacional e o funcionamento do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF) no contexto da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA; 2. Analisar a dinâmica de concessão e aplicação dos recursos do fundo, considerando sua contribuição para o fortalecimento das atividades produtivas dos produtores participantes; 3. Examinar o alinhamento das práticas de gestão e funcionamento do FUSAF com os princípios da economia solidária, especialmente autogestão, solidariedade e cooperação; e 4. Identificar avanços e limitações do FUSAF enquanto instrumento de finanças solidárias no contexto da agricultura familiar.

Esta pesquisa analisa uma experiência prática de economia solidária voltada à inclusão financeira, desenvolvida junto a um grupo de 14 pequenos produtores e produtoras rurais que historicamente enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas de crédito e ao sistema financeiro convencional. A pesquisa caracteriza-se como um estudo empírico, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido por meio de um estudo de caso sobre o FUSAF.

Para a coleta de dados foram utilizados diferentes procedimentos metodológicos, incluindo pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental envolveu a análise do Regimento Interno do fundo, relatórios de projetos de extensão e o portfólio do FUSAF, permitindo compreender sua estrutura organizacional, os processos de gestão e as práticas operacionais do fundo.

A observação participante ocorreu entre agosto de 2023 e março de 2026, nesse período foram acompanhadas reuniões online e presenciais do projeto, bem como as assembleias e atividades relacionadas à organização e operacionalização do FUSAF.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em 23 de janeiro de 2025 com diferentes atores envolvidos na iniciativa, incluindo produtores associados ao fundo, membros do comitê gestor e a coordenação do projeto de extensão. Ao todo, foram entrevistados sete dos quatorze produtores participantes, além de um integrante do comitê gestor e da coordenadora do projeto. As entrevistas buscaram compreender as percepções dos participantes sobre o funcionamento do fundo, seus impactos nas atividades produtivas e os desafios enfrentados na gestão da iniciativa.

O primeiro grupo é dos produtores(as) associados, que já receberam o recurso do Fusaf (O3 entrevistados), que buscou identificar as perspectivas sobre os impactos do Fusaf nas atividades produtivas e no seu cotidiano. O segundo grupo, também de produtores(as) associados, mas que não receberam o recurso do Fusaf (O4 entrevistados), buscou-se ouvi-los sobre sua motivação para participar do fundo e perspectivas futuras. O terceiro grupo é composto por integrantes do Comitê Gestor (O1 entrevistado), tendo por finalidade identificar como eram feitas as tomadas de decisões e a supervisão das atividades

do fundo. O último grupo de entrevistas foi realizado com a Coordenadora do Projeto (01 entrevistada), para entender o papel da gestão e das ações implementadas pelo fundo.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, articulando as evidências empíricas com o referencial teórico sobre economia solidária e finanças solidárias.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico, que discute os principais conceitos relacionados à economia solidária, seus princípios, as finanças solidárias e os fundos rotativos solidários. Em seguida, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências.

1. Economia solidária: fundamentos e princípios

A economia solidária constitui-se como um campo teórico e prático que propõe a reorganização das atividades econômicas a partir de princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e centralidade do trabalho sobre o capital (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013; Singer, 2002). Diferentemente do modelo econômico hegemônico, orientado pela maximização do lucro, a economia solidária prioriza a valorização das relações sociais e a construção coletiva de alternativas de geração de trabalho e renda.

Nesse sentido, Singer (2002) a define como “outro modo de produção”, no qual os indivíduos assumem papel central na organização das atividades econômicas, enquanto Gaiger (2009) destaca os empreendimentos econômicos solidários como expressões concretas dessa lógica, baseados na autogestão, na cooperação e na viabilidade econômica. Tais iniciativas buscam não apenas a geração de renda, mas também a superação das desigualdades sociais e a promoção da autonomia dos trabalhadores.

No Brasil, a economia solidária ganha força a partir das transformações no mundo do trabalho ocorridas nas décadas finais do século XX, especialmente em contextos de desemprego e exclusão social, consolidando-se como alternativa organizativa e política para grupos historicamente marginalizados (Singer, 2002). Ao longo dos anos, sua institucionalização avançou por meio de políticas públicas e da criação de estruturas de apoio, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Para fins deste estudo, destacam-se três princípios fundamentais da economia solidária: a autogestão, a solidariedade e a cooperação. A autogestão refere-se à participação ativa dos membros na tomada de decisões e na gestão das atividades, garantindo maior autonomia e democratização das relações de trabalho (Singer, 2002; Lefebvre, 2017). A solidariedade, por sua vez, fundamenta-se na construção de relações baseadas na reciprocidade e no apoio mútuo entre os participantes (Gaiger e Laville, 2009). Já a cooperação diz respeito à atuação coletiva orientada para objetivos comuns, promovendo benefícios compartilhados entre os membros (Porto e Opuska, 2015).

Nesse contexto, emergem as finanças solidárias como um dos principais instrumentos operacionais da economia solidária, voltadas à democratização do acesso ao crédito e aos serviços financeiros por meio de mecanismos coletivos e autogeridos.

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

2. Fundo Rotativo Solidário

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) constituem-se como instrumentos de finanças solidárias baseados na formação de um fundo coletivo, alimentado pelos próprios participantes, cujos recursos são utilizados para financiar atividades produtivas e posteriormente devolvidos para possibilitar sua circulação entre os membros (Barreto, 2017). Essa dinâmica rotativa permite ampliar o acesso ao crédito em contextos nos quais o sistema financeiro convencional se mostra inacessível, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade.

Diferentemente dos mecanismos tradicionais de crédito, os FRS caracterizam-se pela flexibilidade nas formas de devolução dos recursos, que podem ocorrer tanto em dinheiro quanto por meio de bens, insumos ou serviços, de acordo com as especificidades do contexto local. Além disso, os participantes assumem simultaneamente os papéis de beneficiários e gestores do fundo, o que reforça o princípio da autogestão e fortalece as relações de confiança e reciprocidade no grupo.

No Brasil, os FRS ganharam maior visibilidade a partir da década de 1990, especialmente em iniciativas vinculadas a organizações da sociedade civil, como a Cáritas Brasileira, que passaram a adotar a lógica da devolução solidária dos recursos como estratégia para ampliar a sustentabilidade das ações comunitárias (Silva, 2017). Desde então, esses fundos têm se difundido em diferentes regiões, assumindo formatos diversos conforme as características territoriais e as demandas dos grupos envolvidos.

Do ponto de vista operacional, os FRS são estruturados a partir de processos coletivos que envolvem a definição de regras de funcionamento, a criação de instâncias de gestão e o estabelecimento de mecanismos de controle e prestação de contas. Esses elementos são formalizados, em geral, por meio de um regimento interno, construído de forma participativa pelos membros do fundo, no qual se definem critérios de acesso ao crédito, formas de devolução, periodicidade das reuniões e responsabilidades dos participantes (Freire, 2011).

Para além de seu papel financeiro, os FRS desempenham uma função social e formativa, ao promover a organização coletiva, o fortalecimento do capital social e o desenvolvimento de capacidades relacionadas à gestão de recursos. No entanto, sua implementação também envolve desafios, especialmente no que se refere à sustentabilidade financeira, à gestão dos recursos e à manutenção do compromisso coletivo dos participantes.

Nesse sentido, os FRS configuram-se como instrumentos que materializam os princípios da economia solidária no campo das finanças, ao mesmo tempo em que evidenciam as tensões inerentes à conciliação entre práticas solidárias e exigências de gestão, aspecto central para a análise do caso do FUSAF.

3. Discussão e análise de resultados

Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa a partir da análise do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF). Inicialmente, é realizada a caracterização do fundo e do contexto em que ele foi criado. Em seguida, são analisados o funcionamento do fundo, a dinâmica de concessão e aplicação dos recursos e os principais avanços e limitações observados na experiência analisada.

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...
DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

3.1 Caracterização do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF)

O Fusaf é um projeto de extensão desenvolvido dentro do Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários da Ufopa - IECOSOL, e o mesmo se encontra em seu terceiro ano de atividade.

No primeiro ano do projeto, que compreendeu de agosto de 2023 a julho de 2024, foi marcado pela realização de estudos bibliográficos, reuniões quinzenais, pesquisas sobre outros fundos no Brasil, estudo de editais, e a elaboração de materiais informativos sobre FRSS. Um importante marco nessa fase, foi a participação dos produtores, alunos e professores do projeto em uma capacitação *online* promovida pela Cáritas Brasileira, com conteúdo voltado para Economia Solidária e Fundos Rotativos Solidários.

Após a capacitação da equipe, foi aplicado um questionário aos produtores(as) que comercializam na feira com o objetivo de levantar dados sobre as necessidades financeiras desse público, além de verificar o interesse deles em participar do fundo. O resultado do questionário mostrou que, dos 16 produtores que comercializam na FAF, 14 (88%) manifestaram interesse em aderir ao fundo, com intenção de utilizar este recurso para investir na aquisição de materiais de insumos e equipamentos, como “adubo, sementes, despoldadeira de frutas, sistema de irrigação, construção de base para plantio” (Almeida Cardoso e Alves Silva, 2024). A Figura 1 representa o registro dessa primeira reunião com os produtores para apresentar o fundo e lançar o questionário para levantamento de necessidades do FUSAF.

Figura 1. Primeiro encontro com os produtores da FAF.



Fonte: Acervo FUSAF, 2023.

A maturidade política do grupo que compõe o fundo constitui-se como um elemento central para a consolidação dos princípios da economia solidária no processo de implementação dessa iniciativa de finanças solidárias. Essa dimensão se expressa nas posições assumidas pelos próprios participantes, evidenciando uma leitura crítica sobre as fontes de financiamento e suas implicações sociais e territoriais. Tal aspecto pode ser observado na declaração de uma das produtoras durante reunião de apresentação do fundo:

Eu tenho muito gosto em participar de uma iniciativa como essa que pode fortalecer nossa atividade, desde que não aceitemos recursos financeiros de empresas ligadas ao agronegócio que estão matando nossos parentes e destruindo o nosso território (Produtora MIB, 2024).

Esse posicionamento dialoga com a perspectiva da economia solidária enquanto proposta que busca subordinar a lógica econômica a valores sociais, conforme Singer (2002), ao enfatizar a centralidade das relações de solidariedade e da primazia das pessoas sobre o capital. Do mesmo modo, aproxima-se da interpretação de Gaiger (2004), ao evidenciar que os empreendimentos econômicos solidários não se restringem à geração de renda, mas incorporam dimensões éticas, políticas e identitárias que orientam suas práticas.

Ainda nesse primeiro ciclo os docentes e discentes do projeto foram divididos em 4 equipes, ficando cada uma delas responsável por uma ação estratégica nessa fase inicial de formação do fundo.

O primeiro eixo do projeto, denominado Captação de Recursos, dedicou-se à identificação de potenciais financiadores, ao estudo de editais e à elaboração de propostas para viabilizar o capital inicial do fundo. Como parte dessa estratégia, foi elaborada uma apresentação institucional do FUSAF para ser utilizada em reuniões com possíveis parceiros dos setores público, privado e do terceiro setor.

No âmbito dessa etapa, foram realizadas duas submissões a editais: o edital Comunidades Tradicionais Lutando por Justiça Climática, do Fundo Brasil, voltado ao financiamento de iniciativas relacionadas à agricultura familiar e a comunidades tradicionais; e o edital do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mecanismo de apoio financeiro vinculado à Campanha da Fraternidade.

Apesar do número crescente de editais nacionais voltados ao financiamento de iniciativas ligadas à agricultura familiar, povos tradicionais, socio bioeconomia e desenvolvimento territorial na Amazônia no período analisado, observou-se uma lacuna importante no que se refere ao financiamento de capital de giro destinado à formação de fundos rotativos. De modo geral, os editais priorizavam o financiamento de equipamentos, maquinários e insumos produtivos, não contemplando a destinação de recursos financeiros para compor o capital inicial de fundos comunitários.

Esse aspecto revelou um desafio institucional relevante para a implementação do FUSAF, uma vez que a lógica de funcionamento dos fundos rotativos solidários depende justamente da constituição de um capital inicial capaz de ser redistribuído entre os participantes por meio de empréstimos sucessivos. Mesmo com a apresentação detalhada da estratégia de funcionamento do fundo e da rotatividade dos recursos, as propostas submetidas não foram aprovadas.

Além disso, outros fatores limitaram a captação de recursos por meio de editais, como a inexistência de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do fundo, que ainda se encontrava em fase de estruturação, e a elevada exigência burocrática de alguns editais. No caso do edital do FNS, por exemplo, era necessária a apresentação de orçamentos de três fornecedores para cada item financiado ainda na fase de submissão da proposta, o que dificultou o processo de elaboração do projeto.

Essa dificuldade de acesso a recursos iniciais evidencia uma tensão entre os modelos tradicionais de financiamento e as necessidades específicas das iniciativas de finanças solidárias, que dependem da constituição de fundos comunitários para viabilizar a circulação interna de crédito. Esse cenário também revela os limites institucionais enfrentados por empreendimentos comunitários, frequentemente pressionados a se adequar a parâmetros de financiamento definidos por lógicas de mercado

que nem sempre dialogam com os princípios estruturantes da economia solidária, como a autogestão, a cooperação e a solidariedade.

Além das iniciativas de submissão a editais, a equipe responsável pela captação de recursos estabeleceu uma parceria com a Fundação de Integração Amazônica (FIAM), que viabilizou o patrocínio de um curso de Manipulação e Rotulagem de Alimentos destinado aos produtores da feira. Adicionalmente, foi obtida a doação de uma roçadeira por meio da articulação com a presidência da Câmara Legislativa municipal, equipamento que passou a ser utilizado em sistema de rodízio entre os produtores participantes. Essas iniciativas de articulação institucional e de parcerias locais, com o primeiro e terceiro setor, se apresentaram como recurso alternativos do grupo para viabilizar recursos e fortalecer iniciativas de finanças solidárias em contextos onde o acesso a financiamentos formais é limitado.

O segundo eixo do projeto, denominado Prática Integradora de Extensão – PIEX IV, corresponde a uma atividade vinculada ao processo de curricularização da extensão no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR). Nesse contexto, os estudantes foram mobilizados para elaborar um plano de ação voltado à captação de recursos financeiros destinados à constituição do capital inicial do fundo. As ações planejadas, organizadas e executadas pelos alunos da turma GP2022 incluíram a realização de bingos, a venda de feijoada, a promoção de Pix Solidário e a arrecadação de doações diversas, iniciativas que, conjuntamente, resultaram na captação de R\$ 5.125,00 para o fundo. Essas ações evidenciam o potencial da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária como estratégia de apoio à construção de iniciativas de finanças solidárias no contexto local. Nesse contexto, os estudantes puderam atuar em um contexto social concreto sob a orientação da docente responsável, aplicando na prática os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação e contribuindo para o fortalecimento de uma iniciativa de economia solidária. Essa experiência evidencia o potencial da curricularização da extensão como estratégia de articulação entre formação acadêmica e intervenção social.

O terceiro eixo do projeto concentrou-se nas Atividades Administrativas, responsáveis por oferecer suporte às ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão. Entre suas principais atribuições destacaram-se a organização e sistematização dos documentos do projeto, controle de arquivos e registros das atividades, a elaboração de apresentações institucionais para potenciais patrocinadores e o desenvolvimento da identidade visual do projeto. Esse eixo também contribuiu para a articulação da comunicação entre os diferentes grupos de trabalho e para a elaboração do relatório final do projeto, nessa primeira fase.

O quarto e último eixo correspondeu à equipe de apoio na Feira da Agricultura Familiar da UFOPA (FAF), composta por estudantes responsáveis pelo acompanhamento das feiras, reuniões e assembleias realizadas com os produtores. As ações desenvolvidas por esse eixo concentraram-se no suporte logístico para a realização das reuniões do grupo e das assembleias gerais, no apoio à elaboração do regimento interno do fundo e no auxílio aos produtores nas atividades de arrecadação de recursos, como a venda de rifas e a contribuição mensal dos participantes.

Essa contribuição consistia em um aporte de R\$ 20,00 mensais por parte de cada produtor que aderiu ao fundo, destinado à formação do capital inicial necessário ao seu funcionamento. A iniciativa evidencia o protagonismo e a participação ativa dos produtores no processo de construção do fundo, demonstrando a capacidade do grupo de mobilizar recursos próprios mesmo diante das limitações de acesso a fontes externas de financiamento. Destaca-se ainda que essa prática permanece vigente entre os participantes. Essa dinâmica de contribuição coletiva reforça princípios fundamentais da economia solidária, especialmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade entre os participantes.

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

A organização das atividades em diferentes eixos operacionais mostrou-se fundamental para estruturar o processo de implementação do FUSAF. Essa divisão de responsabilidades possibilitou articular ações de captação de recursos, mobilização acadêmica, organização administrativa e acompanhamento direto dos produtores, criando as condições necessárias para a constituição e operacionalização do fundo.

Esse conjunto de ações integrou o Plano Operacional do projeto, elaborado de forma coletiva pelos seus membros e monitorado quinzenalmente, com o objetivo de acompanhar o andamento das atividades, identificar avanços e desafios e realizar os ajustes necessários ao longo do processo. Essa dinâmica organizativa revelou-se central para o desenvolvimento das ações propostas, uma vez que aproximadamente 95% das atividades planejadas para o primeiro ano foram efetivamente executadas.

As principais dificuldades nesta etapa concentraram-se na aprovação em editais, uma vez que estes não eram destinados especificamente ao financiamento de fundos rotativos. Além disso, observaram-se limitações na captação de recursos financeiros junto a órgãos do poder público, como a Assembleia Legislativa e a Secretaria Municipal de Agricultura, em virtude das restrições legais que impedem a doação direta de recursos financeiros, conforme previsto na legislação de responsabilidade fiscal. Também foram identificadas dificuldades na captação de recursos junto a organizações do terceiro setor, como o Projeto Saúde e Alegria, devido à indisponibilidade de orçamento específico para esse tipo de iniciativa.

Ainda assim, as estratégias adotadas pelos diferentes eixos possibilitaram a arrecadação de R\$ 6.325,00 (seis mil trezentos e vinte e cinco reais), valor que viabilizou o início das atividades do fundo. Esses resultados evidenciam a importância de processos organizativos e de gestão coletiva para a consolidação de iniciativas de finanças solidárias, especialmente em contextos marcados por restrições de acesso a fontes formais de financiamento.

O mês de fevereiro de 2024 marcou o início das atividades do fundo, que passou a ser denominado Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF). Nesse momento, o fundo foi constituído por 14 produtores, sendo 3 homens e 11 mulheres. Na mesma ocasião, foi definida a logomarca do projeto e instituído o Comitê Gestor, composto por três integrantes responsáveis pelas funções de coordenação, secretaria e tesouraria.

A partir dessa estrutura organizacional, passaram a ser realizadas reuniões quinzenais ao final da feira da UFOPA, destinadas à deliberação sobre o funcionamento do fundo e à elaboração do seu regimento interno. Essas decisões eram tomadas de forma coletiva, com base no voto da maioria dos participantes, evidenciando a adoção de práticas alinhadas à autogestão.

No mês de maio de 2024, ocorreu a entrega do primeiro lote de empréstimos (Figura 2) aos produtores, contemplando sete beneficiários e totalizando o valor de R\$ 4.070,00. A concessão dos recursos seguiu os critérios estabelecidos no regimento do FUSAF, que prioriza as solicitações de menor valor, em ordem crescente (FUSAF, 2024), visto que o objetivo nesse primeiro momento era contemplar o maior número possível de produtores(as) com o recurso limitado disponível.

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

Figura 2. Entrega do primeiro Lote de Empréstimos Solidários FUSAF.

Fonte: Acervo FUSAF (2024).

A entrega do primeiro lote de empréstimos pelo FUSAF configurou-se como um marco no processo de implementação do fundo, evidenciando a capacidade de articulação coletiva entre produtores, universidade e parceiros institucionais na construção de uma iniciativa de finanças solidárias.

3.2 Dinâmica de funcionamento e concessão de crédito do FUSAF

O Regimento Interno (RI) do FUSAF define que os objetivos do fundo visam 1) fortalecer a produção familiar dos integrantes do fundo, 2) fortalecer parcerias com organizações ligadas à agricultura familiar e ao artesanato, e 3) promover a partilha de insumos entre os participantes, bem como a troca de sementes (FUSAF, 2024). As regras para a concessão de crédito seguem as diretrizes do RI a partir dos princípios da economia solidária, como autogestão, solidariedade e cooperação.

A gestão do fundo é realizada por uma comissão gestora, responsável pela prestação de contas mensal e pela análise das solicitações de acesso aos recursos, que devem ser formalizadas por meio de formulário específico. Os empréstimos são concedidos com base em critérios previamente definidos, incluindo prazos de carência adaptáveis à atividade produtiva (máximo 3 meses), limite de parcelamento em até seis prestações. O fundo opera por meio de conta conjunta, aberta no nome da coordenadora e tesoureira; e adota mecanismos de sustentabilidade financeira, como a cobrança de Taxa Administrativa (1% sobre o valor emprestado), Taxa de Reposição (0,5% ao mês) vinculada à inflação, e a exigência de contribuição inicial para novos membros, no valor de R\$ 100,00 e Taxa de contribuição mensal dos produtores no valor de R\$ 20,00. Tais mecanismos visam garantir a rotatividade dos recursos e a continuidade das atividades do fundo.

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

Além disso, o regimento estabelece normas de controle e disciplina, como a obrigatoriedade de prestação de contas com apresentação de comprovantes, e restrições ao acesso ao fundo em casos de inadimplência — com suspensão do acesso ao crédito por dois meses.

Cabe destacar que a regra de controle dos gastos visa assegurar que os recursos financeiros do fundo sejam utilizados exclusivamente para fins produtivos. Contudo, a ausência de discentes na fase de renovação do projeto comprometeu o acompanhamento sistemático dessa prática, assim como as reuniões mensais previstas do regimento.

Por sua vez, as regras de sanção foram instituídas a partir de episódios de descumprimento dos compromissos assumidos pelos participantes, evidenciando uma tensão entre os princípios solidários — baseados na confiança e na reciprocidade — e a necessidade de incorporação de práticas mais próximas à lógica dos empréstimos convencionais.

As intenções de acesso ao fundo devem ser formalizadas até o último dia útil de cada mês, por meio de formulário específico, no qual o produtor informa o valor solicitado, a forma de aplicação dos recursos e as condições de devolução, incluindo prazo e número de parcelas. Para fins de organização e controle financeiro, instituiu-se o Pix como principal método de movimentação dos recursos, bem como o dia 10 de cada mês como data de liberação dos novos financiamentos e de vencimento das prestações. Esses procedimentos contribuem para a padronização das operações do fundo e para a transparência na gestão dos recursos, aspectos fundamentais para a sustentabilidade da iniciativa.

Após o recebimento das solicitações de crédito, o Comitê Gestor realiza uma avaliação do histórico de adimplência do proponente, bem como da coerência entre o valor solicitado e as condições de devolução, especialmente o prazo de carência. Não havendo objeções, o pedido é aprovado e encaminhado à docente coordenadora do projeto, responsável pelo cálculo das parcelas e pela definição do cronograma de pagamento. Embora o comitê possua autonomia para deliberar sobre a gestão dos recursos financeiros do fundo, ainda não alcançou o nível de autogestão necessário no que se refere à etapa de cálculo dos empréstimos, o que se configura como uma limitação na gestão atual do FUSAF. Essa dificuldade pode estar associada à utilização do Google Planilhas, ferramenta com a qual as integrantes do comitê apresentam baixa familiaridade. Diante disso, em reunião recente, o grupo optou pela migração para um sistema de controle físico, por meio da utilização de um caderno padronizado para o registro das operações. Essa situação evidencia os desafios práticos da operacionalização da autogestão, que, embora constitua um princípio central da economia solidária, depende do desenvolvimento de capacidades técnicas e organizacionais por parte dos participantes.

No que se refere às aplicações de crédito os recursos do FUSAF foram direcionados a diversas finalidades produtivas, incluindo a realização de pequenas obras, como a instalação de pias para higienização de hortaliças e a reforma de galinheiros, além da aquisição de insumos e equipamentos, como embalagens, etiquetas, ferramentas, sistemas de irrigação, pintinhos, sementes e Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's.

No período de maio de 2024 a março de 2026 (22 meses), o FUSAF realizou 23 operações de crédito, totalizando R\$ 19.020,00 em microcrédito concedido aos produtores e produtoras da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA. O volume total de crédito concedido representa uma alavancagem de aproximadamente 3,0 vezes o capital inicial do fundo, correspondendo a um incremento de cerca de 200,6%, evidenciando a capacidade de rotatividade dos recursos no âmbito do FUSAF. Em termos médios, os empréstimos apresentaram valor de R\$ 853,64, com prazo de carência de aproximadamente 1,6 mês (48 dias), período de amortização de 5,1 meses e prestação média de R\$ 168,10. E a

inadimplência atual do fundo é de R\$ 186,00 (1%). Esses números revelam que o FUSAF atua como um instrumento de microfinanciamento produtivo, voltado a necessidades concretas e imediatas dos produtores.

O formato dos empréstimos, caracterizado por parcelas de baixo valor distribuídas ao longo de vários meses, evidencia um perfil mais conservador dos participantes e sugere uma preocupação com a capacidade de pagamento. O período de carência mostra-se adequado às características das atividades produtivas, contribuindo positivamente para a elevada rotatividade dos recursos e para a ampliação do número de beneficiários ao longo do tempo. Por sua vez, o baixo índice de inadimplência indica um elevado grau de comprometimento dos participantes, além de evidenciar a eficácia das regras estabelecidas e a existência de relações de confiança no interior do grupo. Esse resultado reforça a ideia de que, embora existam tensões entre princípios solidários e mecanismos de controle, a combinação entre confiança e regras formais pode contribuir para a sustentabilidade de iniciativas de finanças solidárias.

3.3 Avanços e limitações do fundo rotativo solidário

Os avanços alcançados no primeiro ano de funcionamento do fundo resultam das ações desenvolvidas nos diferentes eixos operacionais do projeto, que viabilizaram sua constituição e operacionalização, mas também refletem o esforço coletivo dos produtores, expresso na participação em capacitações sobre fundos rotativos, na realização de atividades de arrecadação de recursos, como rifas, e no engajamento nas reuniões destinadas à elaboração do regimento interno.

Esse processo inicial mostrou-se desafiador, especialmente em função do desconhecimento das práticas necessárias à operacionalização da tecnologia. Ações que, no contexto urbano, são consideradas simples e rotineiras — como abrir uma conta conjunta no banco, criar uma chave Pix ou realizar transferências digitais — tornam-se significativamente mais complexas quando se trata de um público rural, majoritariamente composto por pessoas com mais de 50 anos, com baixo letramento digital e limitada familiaridade com operações financeiras online. Esse cenário evidencia que a implementação do fundo, em sua fase inicial, não se restringiu à organização financeira, mas demandou um processo contínuo de educação financeira e inclusão digital, fundamental para viabilizar a participação efetiva dos membros na gestão dos recursos.

No segundo ano de atuação do fundo, observaram-se avanços institucionais relacionados ao aprimoramento das regras de funcionamento, com alterações no regimento interno voltadas ao fortalecimento dos mecanismos de sustentabilidade e controle. Entre essas mudanças, destacam-se a definição de contribuição inicial para novos membros e a criação de normas específicas para o tratamento de situações de inadimplência. Tais ajustes indicam um processo de aprendizado coletivo e de adaptação contínua das normas às demandas emergentes da gestão do fundo.

Nesse período, um dos principais desafios enfrentados foi a ocorrência de casos de inadimplência, que serviram como experiência para a construção de estratégias de resolução pelo próprio grupo. Em um dos casos, optou-se por receber o pagamento da dívida por meio da entrega de galinhas caipiras, posteriormente comercializadas na feira, o que possibilitou a recuperação de aproximadamente 77% do valor devido. Em outro caso, foi elaborado um Termo de Renegociação, com parcelamento da dívida em 15 vezes, resultando na recuperação integral do valor.

Essas experiências evidenciam o caráter pedagógico da iniciativa, na medida em que o grupo desenvolve soluções a partir dos desafios enfrentados, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

de equilibrar princípios da economia solidária — como solidariedade e confiança — com a adoção de mecanismos de controle capazes de garantir a sustentabilidade do fundo.

No caso do pagamento da dívida por meio da entrega de galinhas, observou-se uma mobilização coletiva entre os participantes: alguns membros ficaram responsáveis pelo transporte dos animais, outros pela comercialização junto aos clientes da feira e, posteriormente, houve a organização para o depósito dos valores arrecadados na conta do fundo. Esse processo evidencia que a inadimplência, longe de representar apenas um problema, pode atuar como elemento mobilizador, estimulando a criatividade institucional do grupo, a cooperação entre os participantes e a construção de aprendizagens coletivas.

O relato dos participantes do fundo releva a importância dos FRS como instrumentos de inclusão e educação financeira, de empoderamento comunitário, fortalecimento de vínculos de solidariedade, aprendizagem organizacional e fortalecimento produtivo. Como descreve a fala da produtora MIB (2024):

Eu fiquei muito feliz quando surgiu o fundo, que nós chamamos de FUSAF. Primeiro porque eu observei com as minhas companheiras, produtoras, feirantes, a alegria da participação, da dinâmica, como elas estavam usando e me senti assim muito feliz. Também compreendi que primeiro seria as prioridades das prioridades, porque às vezes a gente já tem até em quem se apegar, empresta uma coisinha daqui e dali e ajuda pra gente chegar. Mas tinham aquelas que eu digo prioridade das prioridades, é aquelas que estão com mais dificuldade ainda. E quando eu olhei elas pagando as suas contas e melhorando, eu fiquei muito feliz.

Então eu digo agora é a minha vez, quando eu recebi, eu só dei grito de alegria de ver funcionando uma bomba de captação de água pra molhar minhas plantas no verão e pra servir também. Porque nós temos um sistema de abastecimento de água, mas não é o suficiente pra atender nem as nossas demandas, é só as demandas caseiras e às vezes falta ainda para o consumo, pra lavar roupa, pra beber. E então esse, esta outra alternativa, ela veio como assim uma coisa muito necessária no momento certo.

É um banco mais maravilhoso que eu já vi, porque nos empodera, está nos ensinando, nos educando pra no futuro a gente chegar a um PRONAF da vida bem maior, mas aí a gente já se sente muito preparada. É como também uma capacitação. Então é uma libertação, é uma capacitação, é um empoderamento econômico e também é um aprendizado muito, muito grande. Então vivam o nosso FUSAF, vivam o nosso fundo rotativo!

A fala da produtora revela múltiplas dimensões analíticas relevantes para a compreensão do funcionamento do FUSAF. Em primeiro lugar, evidencia-se a presença de relações de reciprocidade e solidariedade entre os participantes, expressas na priorização do acesso ao recurso para aquelas em situação de maior vulnerabilidade e na capacidade de reconhecer e valorizar as conquistas das demais integrantes do grupo.

Além disso, o relato aponta para o fortalecimento das atividades produtivas a partir do acesso ao crédito, que viabiliza a aquisição de equipamentos, insumos e infraestrutura, contribuindo também para a melhoria das condições de vida, como no caso do acesso à água.

Destaca-se ainda a dimensão formativa do fundo, evidenciada pelas expressões utilizadas pela entrevistada, como “nos ensina”, “nos educa” e “é uma capacitação”, indicando que a experiência ultrapassa o acesso ao crédito e promove processos de aprendizagem coletiva. Nesse sentido, o FUSAF contribui

ARTÍCULO

Entre a solidariedade e a gestão: o...

DANIELA ALMEIDA CARDOSO, GISELLE ALVES SILVA

para o empoderamento econômico das participantes, ao ampliar sua capacidade de decisão e gestão sobre as atividades produtivas.

Por fim, observa-se que o acesso ao fundo fortalece a confiança das participantes em sua capacidade de gerir recursos financeiros, preparando-as, inclusive, para acessar outras políticas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Apesar dos avanços alcançados, o FUSAF ainda enfrenta limitações que impactam sua consolidação enquanto instrumento de finanças solidárias. Entre elas, destacam-se as dificuldades de acesso a editais de financiamento, uma vez que a maioria das chamadas públicas não contempla as especificidades de fundos rotativos solidários, especialmente no que se refere à formação de capital de giro.

Soma-se a esse cenário a dificuldade de mobilização de recursos humanos para apoio às atividades do fundo, em razão da escassez de bolsas e do perfil dos discentes vinculados ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, majoritariamente trabalhadores e com disponibilidade reduzida para atuação voluntária durante o funcionamento da feira. Tal situação está inserida em um contexto mais amplo, marcado pela obrigatoriedade da curricularização da extensão nas instituições de ensino superior, muitas vezes sem a correspondente ampliação de recursos financeiros para sustentar essas atividades, o que impõe limites à continuidade e à qualidade das ações desenvolvidas.

Essa condição tem impactado diretamente o acompanhamento das atividades do fundo, especialmente no que se refere ao controle financeiro, à sistematização das informações e à realização de reuniões periódicas de prestação de contas. Por fim, observa-se que o grupo ainda apresenta limitações no que diz respeito à gestão financeira do fundo, especialmente em atividades como o monitoramento da conta bancária, o cálculo das prestações e o acompanhamento das operações de crédito. Esses aspectos evidenciam que, embora a iniciativa avance no sentido da autogestão, ainda demanda o fortalecimento de capacidades técnicas e organizacionais para garantir sua plena autonomia e sustentabilidade.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF) se configura como uma experiência concreta de finanças solidárias, alinhada aos princípios da economia solidária, especialmente no que se refere à autogestão, à solidariedade e à cooperação. A análise do caso demonstra que o fundo não se limita a um mecanismo de acesso ao crédito, mas constitui-se como um espaço de construção coletiva, aprendizagem e fortalecimento organizativo, contribuindo para o empoderamento econômico e social dos participantes.

Do ponto de vista teórico, os achados reforçam a compreensão das finanças solidárias como instrumentos capazes de democratizar o acesso ao crédito e fortalecer economias locais, conforme apontado pela literatura da economia solidária. No entanto, o caso analisado também evidencia que a operacionalização desses princípios não ocorre de forma linear, sendo marcada por tensões entre a lógica solidária — baseada na confiança, reciprocidade e autogestão — e a necessidade de adoção de mecanismos formais de controle e gestão, fundamentais para a sustentabilidade do fundo.

Nesse sentido, a experiência do FUSAF revela que a autogestão, embora central, não se estabelece de forma imediata, mas constitui um processo gradual, dependente do desenvolvimento de capacidades técnicas, organizacionais e financeiras por parte dos participantes. Tal constatação contribui para o

debate teórico ao indicar que iniciativas de finanças solidárias demandam não apenas engajamento coletivo, mas também processos contínuos de formação e mediação institucional.

Do ponto de vista prático e das políticas públicas, os resultados evidenciam limites estruturais importantes, como a inadequação de editais de financiamento às especificidades de fundos rotativos solidários, a insuficiência de recursos para a curricularização da extensão universitária e as dificuldades de acesso a apoio técnico continuado. Esses fatores indicam a necessidade de formulação de políticas públicas mais aderentes às dinâmicas das finanças solidárias, especialmente no que se refere ao financiamento de capital de giro, ao apoio à gestão e à formação continuada dos participantes.

Ademais, a pesquisa também revela contradições inerentes à experiência analisada, como a dependência parcial da coordenação do projeto para a gestão do fundo e os desafios relacionados à inadimplência e ao controle financeiro, evidenciando que a construção de alternativas econômicas solidárias ocorre em meio a limites institucionais e operacionais concretos.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre os impactos de longo prazo de fundos rotativos solidários na renda e na autonomia dos participantes, bem como investiguem estratégias de fortalecimento da autogestão e de ampliação do acesso a instrumentos de financiamento adequados a essas iniciativas. No campo da prática, destaca-se a importância de investimentos em formação técnica, inclusão digital e apoio institucional contínuo como elementos fundamentais para a consolidação de experiências como o FUSAF.

Assim, conclui-se que, embora ainda em processo de consolidação, o FUSAF apresenta elevado potencial como instrumento de inclusão financeira e fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o avanço das práticas de economia solidária em contextos locais.

Referências

- » Almeida Cardoso, D. e Alves Silva, G. Relatório final: Fundo Sustentável da Agricultura Familiar – FUSAF. (2024). UFOPA.
- » Barreto, S. S. (2017). *Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24291>
- » Castro, C. N. (2024). *Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe: institucionalidade, características e desafios*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14052?mode=full>
- » Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (2024). *Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2024*. <https://www.fetaesc.com.br/noticia/confira-o-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-de-2024>
- » Finatto, R. A. e Salomani, G. (2008). Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. *Sociedade & Natureza*, 20(2), 199–217. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200012>
- » Freire, A. G. (2011). *Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes – Noções de boas práticas sobre organização e gestão*. Gráfica JB. https://aspta.org.br/files/2011/07/cartilha_miolo.pdf

- » Fundo Sustentável Da Agricultura Familiar. (2024). *Regimento interno do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar*. FUSAF.
- » Gaiger, L. I. G. (2004). A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. *Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social*, 4(8), 9–37. <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240802.pdf>
- » Gaiger, L. I. G. (2009). Empreendimentos econômicos solidários. Em P. Hespanha et al., *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 181–187). Edições Almedina. <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- » Gaiger, L. I. G. e Laville, J. L. (2009). Economia Solidária. Em P. Hespanha et al., *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 162–168). Edições Almedina. <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- » Lefebvre, H. (2017). Problemas teóricos da autogestão. *GEOgraphia*, 19(41). <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13824/9027/53207>
- » Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Nacional de Economia Solidária. (2013). *Política Nacional de Economia Solidária – Volume 1*. <https://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf>
- » Porto, P. A. C. e Opuszka, P. R. (2015). Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. *Revista Jurídica*, 1(38). <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1429>
- » Santos Filho, C. dos e Gonçalves, A. F. (2011). Fundos Rotativos Solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, 2(4). <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1149>
- » Silva, S. P. (2017). *Economia solidária e finanças de proximidade: Realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td_2270.PDF
- » Singer, P. I. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. Editora Fundação Perseu Abramo. <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>